

RADAR FEMINISTA



NO CONGRESSO NACIONAL

09 a 13 de novembro de 2020

No dia 7 de novembro, depois de alguns dias de incerteza, a confirmação da eleição de Joe Biden para presidência dos Estados Unidos nos traz um respiro. E, com isso, não termos o presidente Bolsonaro a todo o momento lambendo as botas do futuro ex-presidente também é uma boa notícia.

Apesar das contradições de Biden e do Partido Democrata, a saída de Trump é central na reestruturação da geopolítica mundial e impacta diretamente nas propostas antidireitos do governo Bolsonaro. Há algumas semanas falamos do consenso de Genebra, um pacto antiaborto de Trump e Bolsonaro. Acordos como esse, assim como toda política anticlimática de Trump, são temas que devem ser revistos. Bolsonaro continua, mas enfraquecido, não só por não ter mais um chefe direto na Casa Branca, mas pela vitória do discurso antifascista e pró direitos revelado pela maior votação da história americana.

Por aqui, já são 5 milhões e 700 mil infectados pelo Coronavírus e mais de 162 mil mortes. O próprio governo questiona a obrigatoriedade da vacinação.

No tema dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, a luta diária para que as mulheres tenham o direito ao aborto legal continua. Agora temos o caso de uma menina de 13 anos no Pará, grávida do próprio pai, que teve o pedido da família para a realização de aborto assistido recusado pela justiça. A justificativa é a mesma do caso do Espírito Santo: a gravidez já está muito avançada. A menina era estuprada pelo pai desde os 10 anos de idade. Continuamos na pressão para que o governo revogue as portarias e decretos que restringem os direitos das mulheres à interrupção da gravidez, vale ler a Nota da Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto em Repúdio ao Decreto 10.531/2020.

A Decisão da justiça de Santa Catarina revoltou a sociedade brasileira ao criar algo equivalente à ideia de um “estupro culposo”, quando não há intenção de estuprar. Era o que insinuava a sentença que livrou o rico empresário catarinense André de Camargo Aranha da acusação de estupro de Mariana Ferrer.



Os vídeos da audiência que foram divulgados pelo Intercept também expõem o tratamento humilhante que a vítima sofreu durante a sessão. Além da repercussão nas redes sociais, centenas de mulheres foram às ruas em diversas cidades do país protestar contra a decisão do caso e contra a violência sexual das mulheres. Senado e Câmara tiveram manifestações sobre o caso, como voto de repúdio ao advogado e ao juiz, e novos projetos foram apresentados.



No próximo domingo (15 de novembro) serão realizadas as eleições municipais, e o CFEMEA lançou a animação [Eleições 2020: Política Feminista Antirracista pra Transformar o Poder.](#)

Além disso, o Instituto Marielle Franco divulgou os primeiros resultados da pesquisa sobre [Violência Política contra Mulheres Negras](#), realizada com 142 candidatas negras de 16 partidos políticos, em 21 estados e 93 municípios do Brasil.

E, a Articulação de Mulheres Brasileiras lançou a [Carta Política Eleições 2020 – É por nós mesmas e por todas nós](#), como uma forma de reforçar as campanhas feministas antirracistas, para eleger mais mulheres comprometidas com o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, com ênfase no Estado laico.

EXECUTIVO FEDERAL

Decreto nº 10.539, de 04 de novembro de 2020

Decreto nº 10.539, de 04 de novembro de 2020, autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias, no período de 11 de maio de 2020 a 30 de abril de 2021, na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Mais propostas para sustar o Decreto que, entre outras coisas, tenta impedir o acesso ao aborto

Coordenadora da Frente Parlamentar Feminista Antirracista, a deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ) e mais 8 deputadas, apresentou o PDL 472/2020, que susta os efeitos do dispositivo que trata do direito à vida desde a concepção no Decreto nº 10.531/2020. A proposta trata somente do item 5.3.5, constante do Anexo do Decreto, que trata da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.

A justificativa do PDL ressalta que o Decreto traz uma nova e inadmissível investida contra os direitos humanos fundamentais, sexuais e reprodutivos, de mulheres e meninas. No Eixo Social, para atingir o desafio de “efetivar os direitos humanos fundamentais e a cidadania e garantir direitos para todos”, consta a orientação expressa, a ser seguida por todos os órgãos da Administração Federal, de “promover o direito à vida, desde a concepção até a morte natural, observando os direitos do nascituro, por meio de políticas de paternidade responsável, planejamento familiar e atenção às gestantes”.

A deputada Erika Kokay (PT/DF), que também coordena a Frente Feminista Antirracista, solicitou informação (RIC 1434/2020) à ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sobre essas mesmas orientações contidas no Decreto.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

O julgamento do estupro de Mari Ferrer expõe a violência da justiça e suscita mais propostas aumentando as penas

O senador Fabiano Contarato (REDE/ES) quer alterar o Código de Processo Penal para garantir tratamento digno à vítima de crime contra a dignidade sexual. É o que diz seu [PL 5117/2020](#). Outros senadores e senadoras, lideradas por Randolfe Rodrigues (REDE/AP) pediram voto de censura pelos fatos estarrecedores que envolvem o julgamento do caso de estupro da influencer Mariana Ferrer ([RQS 2625/2020](#)).

Na Câmara foram seis propostas: um que tipifica o crime de violência institucional, que é o [PL 5091/2020](#), de autoria da deputada Soraya Santos (PL/RJ) e mais três deputadas.

O [PL 5096/2020](#), de autoria da deputada Lídice da Mata (PSB/BA), da Frente Feminista Antirracista, e mais 25 deputados e deputadas, propõe alterar o Código de Processo Penal para dispor sobre a audiência de instrução e julgamento nos casos de crimes contra a dignidade sexual.

Já no campo mais conservador, dois são de aumento de pena para o crime de estupro de vulnerável, os [PL 5095/2020](#), (Daniela do Waguinho MDB/RJ) e [PL 5101/2020](#) (Guiga Peixoto - PSL/SP). Tem também o [PL 5102/2020](#), também do deputado Guiga Peixoto (PSL/SP), que torna imprescritível o crime de estupro de vulnerável. E, por fim, o [PL 5112/2020](#), de autoria da deputada Bia Kicis (PSL/DF), que altera o Código Penal e a lei que dispõe sobre os crimes hediondos para prever o aumento de penas e a castração química voluntária como forma de inibir o desejo sexual.

E mais repúdios à violência, agora a perpetrada pela Embaixadora contra a trabalhadora filipina

A deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), que também integra a Frente Parlamentar Feminista Antirracista, e mais 10 deputados e deputadas, requerem Moção de Solidariedade à Empregada filipina e Moção de Repúdio ([REQ 2668/2020](#)) contra a postura da embaixadora das Filipinas no Brasil, Marichu Mauro. Também solicitam que a Presidência da República considere a embaixadora das Filipinas “persona non grata” no Brasil ([INC 1110/2020](#)).

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Proposta sobre violência política contra mulheres é proposta e em seguida retirada pela autora

A deputada Rejane Dias (PT/PI) apresentou o [PL 5114/2020](#) e, logo em seguida, apresentou requerimento ([REQ 2673/2020](#)) retirando o projeto. A proposta criava mecanismos para coibir a violência e a discriminação política de gênero contra a mulher.

Conforme informamos no [Radar Feminista Especial Eleições 2020: Os desafios para a eleição de mais mulheres negras e feministas e as possíveis mudanças na legislação](#), lançado pelo CFEMEA na semana passada, tramitam na Câmara três propostas nesse mesmo sentido: [PL 349/2015](#), [PL 9699/2018](#) e [PL 4963/2020](#).

Requerimento questiona atuação da AGU no enfrentamento à homofobia e transfobia

Vale lembrar que em junho, o Supremo Tribunal Federal equiparou atos de homofobia e transfobia a crimes de racismo. No entanto, em outubro, a Advocacia-Geral da União, interpôs recurso (embargos de declaração) contra a decisão do STF, alegando que a proteção de LGBTI+ não pode ferir outras liberdades.

Agora, a deputada Erika Kokay (PT/DF) e outros parlamentares, requer ([RIC 1402/2020](#)) que a AGU informe sobre a atuação do órgão neste caso. Como informamos em outras publicações, existem mais propostas que vão no mesmo sentido do requerimento da Deputada.

E lá vem mais uma proposta instituindo mais um dia nacional religioso

[PL 5078/2020](#), de autoria do deputado Pastor Gil (PL/MA), institui o dia 10 de setembro como o Dia Nacional da Ação Social Cristã Evangélica.

VALE A PENA CONFERIR!



APIB

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB/Amazon Watch
Cumplicidade na Destruição III: Como Corporações Globais contribuem para violações dos Direitos dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira



Gênero e Educação

Igualdade de Gênero na Educação Básica: mais de 50 entidades lançam edital público. Edital Público Igualdade de Gênero na Educação Básica recebe propostas de planos de aula, projetos interdisciplinares e sequências didáticas até 29/11.



Cfemea

Eleições 2020: **Política Feminista Antirracista pra Transformar o Poder.**



UOL

Observatório Eleições: **As prefeitas e o papel dos partidos**



TRICONTINENTAL

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social: **Estudo nº4 | CoronaChoque e Patriarcado**



GEMRIP

Gemrip – Grupo de Estudios de Religión y Política: **Tudo o que você queria saber sobre “ideologia de gênero”**



Radar elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.